



O “martírio” e o processo de canonização do padre

Roque González de Santa Cruz

Paulo Rogério Melo de Oliveira

Resumo

Roque González foi morto em 1628, na redução de Caaró, durante uma rebelião dos caciques locais, e santificado em 1988, por João Paulo II, em Assunção no Paraguai. O artigo reconstrói e contextualiza os vários momentos do processo de santificação, desde sua postulação em 1629 até a canonização.

Palavras-chave: Roque González; santificação; martírio.

Abstract

Roque González was killed in 1628, reducing Caaró during a rebellion by local chieftains, and sanctified in 1988 by Pope John Paul II, in Asuncion in Paraguay. The article reconstructs and contextualizes the various moments of the process of sanctification, since his nomination in 1629 to the canonization.

Keywords: Roque González; sanctification; martyrdom.

Roque González de Santa Cruz, jesuíta de Assunção que desenvolveu trabalhos apostólicos na Província Jesuítica do Paraguai nas três primeiras décadas do século XVII, foi morto em 1628 na redução de Caaró. A morte dramática do missionário, reconhecido por seus contemporâneos como “mártir”, “herói” e um homem “santo”, repercutiu amplamente entre os seus pares (OLIVEIRA, 2010). Efeito dessa repercussão foi a rápida mobilização dos seus companheiros de ofício que atuavam do Paraguai, o levantamento das provas, imediatamente após a morte, e a instauração do processo de canonização nos meses seguintes.

Roque foi o primeiro “mártir” da América espanhola reconhecido oficialmente como beato (THURSTON, 1935). Dois fatores ajudam a explicar essa primazia. Um deles é o fato de Roque ter nascido na América, o outro, a vasta documentação existente



sobre sua vida e “martírio”.¹ Alguns religiosos foram “martirizados” antes de Roque, como o dominicano Vicente Valverde e o franciscano Juan de Padilla, mas foram beatificados posteriormente. Outros, como os jesuítas Jean de Brébeuf e Isaac Jogues, foram canonizados antes de Roque, mas eram franceses.

Os esforços pela canonização iniciaram-se no ano seguinte a morte do padre Roque. Surpreendentemente, as investigações visando à beatificação se iniciaram menos de cinco meses após sua morte. O fato salta aos olhos se considerarmos que em outras situações os processos levavam anos para serem instaurados. As investigações sobre Inácio de Loyola, por exemplo, foram instaurados trinta e nove anos após sua morte. Uma resposta plausível para a rapidez dos processos pode ser encontrada na popularidade e no enorme prestígio que Roque gozava entre os jesuítas que atuavam no Paraguai. Acrescenta-se a isso, as circunstâncias da morte e os “milagres” supostamente ocorridos nos dias que se seguiram a sua morte.

Não foi a piedade popular que proclamou e reivindicou a santidade do padre Roque. Pelo menos nos primeiros tempos, ele não foi objeto de culto popular. A popularidade só viria mesmo no século XX, às vésperas da beatificação. Os santos jesuítas, curiosamente, não despertam grandes manifestações populares. A importância que a Companhia teve na formação religiosa dos países americanos, e do Brasil especialmente, contrasta fortemente com a impopularidade dos seus santos. Além disso, os jesuítas, afinados com o espírito tridentino, espalharam o culto às relíquias e a veneração aos santos pelo mundo, mas não emplacaram os seus próprios santos. Padre Roque, num primeiro momento, confirma esta impopularidade, mas no século XX ele a contradiz. Permaneceu esquecido e distante da devoção popular por três séculos. Depois da beatificação, no entanto, a fama do beato Roque cresceu e arrebatou multidões de fieis. As romarias, que levam todos os anos milhares de devotos ao santuário de Caaró, na cidade de Caibaté, não deixam dúvidas. Entretanto, suspeito que esta popularidade não nasceu espontaneamente. Foi estimulada pela intensa propaganda – sermões, revistas, livros - que mobilizou fiéis na América do Sul por ocasião das festas do

¹ Existem 850 páginas só de testemunhos oculares do “martírio”. Todo esse material, além das cartas e da historiografia jesuítica, facilitaram muito a elaboração das hagiografias sobre Roque González. José María Blanco, que teve acesso à totalidade do processo, publicou quase na íntegra a documentação levantada para o processo de beatificação. O livro, infelizmente, é bastante desconhecido e raramente citado pelos historiadores (BLANCO, 1929).



tricentenário. Reforçando a suspeita, lembro que as romarias e a devoção ao santo só apareceram na década de 1930, após o processo de beatificação. Gonzaga Jaeger, conhecido historiador jesuíta, reconheceu que na década de 1930 “ainda não haviam começado a popularizar-se entre os fiéis as obras e virtudes desses servos de Deus” (JAEGER, 1940, p. 336).

Se Roque não era popular fora da Companhia, a ponto de despertar a piedade popular, não há dúvida de que era admirado e estimado entre seus pares. Foram os seus próprios companheiros e hagiógrafos que o declararam santo e levaram a causa adiante. Diego de Boroa declarou que: “um dia será Roque venerado como santo e velará pelo continente americano”. Boroa, à época reitor do colégio de Buenos Aires, pedia aos reitores dos colégios sob sua jurisdição que escrevessem ao papa solicitando a instauração do processo (TESCHAUER, 1928, p. 113).² Nicolas del Techo escreveu que “se um dia o P. Roque for canonizado, deverá ser eleito padroeiro deste paiz.” (TESCHAUER, 1928). Carlos Teschauer, primeiro hagiógrafo de Roque González, deixou uma quadro memorável de suas virtudes e perseverança:

Os vinte annos do seu lidar apostólico apresentam uma seria ininterrupta de fadigas e sofrimentos e um exercício continuo das mais abnegadas virtudes. Converteu milhares de almas no Paraguay e Rio Grande, fundou nada menos de dez reduções, dando a estas e nellas ás futuras, organização adaptada ao caracter e índole dos selvagens, no que foi imitado pelos seus successores (...) Sendo elle o primeiro que nas mattas do Rio Grande do Sul abriu brecha á cultura christã, merece com razão o titulo de primeiro civilizador e apóstolo desta parte da União Brasileira. De índole ao mesmo tempo austera e benigna, sabia tão bem temperar o rigor da autoridade com a condescendência de affavel doçura, que a todos ganhava a afeição. Para vencer difficuldades e supportar fadigas por amor de Christo, parecia de ferro. Sua abstinência não se limitava ao deleitoso, passava ao necessário, sobretudo no que diz respeito ao somno e alimento. Não é, pois, de admirar que tanta virtude, merecendo-lhe o premio celeste, grangeasse também a veneração dos coevos e o assombro dos pósteros (TESCHAUER, 1928, P. 11-112).

Roque é apresentado como um modelo de evangelizador, de abnegação, de como suportar os sofrimentos e, sobretudo, de virtudes. Para seus companheiros e

²Diego de Boroa escreveu uma relação sobre o “martírio” de Roque e seus companheiros, datada de 24 de janeiro de 1629, endereçada ao padre Julián López, Procurador Geral das Índias (BLANCO, 1929, p. 463).



admiradores não havia dúvida, Roque era um verdadeiro santo e mártir. Faltava convencer o órgão da cúria que julgava a causa dos santos: a Congregação dos Ritos.

Santo, na tradição católica, é um modelo exemplar de virtudes e renúncia. É alguém que cultivou e praticou as virtudes morais – prudência, justiça, coragem e temperança - em grau heroico e conquistou o reconhecimento de sua santidade na comunidade católica. A exemplaridade, digna de imitação, passa pela proximidade com o divino. Mas imitar o exemplo dos santos – a morte heroica, as virtudes ou as ascetes dos anacoretas - não é algo simples para o cristão comum, pois o que caracteriza a santidade são justamente a sua excepcionalidade e o distanciamento que mantém das coisas mundanas.

João Paulo II, revisitando a “causa dos santos”, deixou sua contribuição particular à longa lista de papas que se dedicaram ao tema. Santo, na sua definição, é um eleito de Deus. Alguns cristãos excepcionais que “segundo mais de perto o exemplo de Cristo, dão testemunho claro de reino dos céus como o derramamento de seu sangue ou com o exercício heroico das suas virtudes.”³ Coube a João Paulo II canonizar Roque González, mas a espera durou longos três séculos e meio.

Nos primeiros tempos do cristianismo os santos eram criações espontâneas proclamadas pela devoção popular. Venerar publicamente a um santo não dependia de um gesto oficial do poder eclesiástico nem da instauração de um processo jurídico-teológico. Os primeiros a serem venerados como santos foram cristãos que sofreram o “martírio”. Os túmulos dos mártires tornaram-se lugares de devoção, peregrinação e de curas milagrosas. As catacumbas na Via Apia, por exemplo, onde foram depositados os corpos de Pedro e Paulo, figuras basilares da igreja que sofreram o martírio, tornaram-se um lugar sagrado para os cristãos durante as perseguições de Valeriano.⁴ Santidade e martírio, nestes tempos heroicos e sagrados da igreja, eram inseparáveis. O cristianismo foi fundado por narrativas de exaltação das virtudes e do martírio exemplares de Jesus. Morrer por Jesus ou como ele tornou-se sinônimo de santidade. Mais ainda, ser santo era ter a vida e a morte lembradas e celebradas numa narrativa. Foi o que aconteceu com Estevão, primeiro mártir de Cristo, imortalizado no Ato dos Apóstolos

³Constituição Apostólica *Divinos Perfectiones Magister* do Sumo Pontífice João Paulo II sobre a nova legislação relativas às causas dos santos. Disponível em www.veritatis.com.br/print/3134. Acessado em 07 de dezembro de 2008.

⁴ Idem.



(WOODWARD, 1990, p. 52-61). Dos tempos “heroicos” do cristianismo inúmeros são os testemunhos das perseguições e da paixão do martírio que se espalhou entre os cristãos.

Embora a igreja católica nunca tenha dado uma definição dogmática de martírio, o modelo clássico de mártir vem dos tempos da igreja primitiva, quando os primeiros mártires cristãos foram vistos e celebrados como imitadores da paixão e da morte de Cristo. “Martyrs”, do grego, quer dizer originalmente testemunha. Na adaptação do termo pela igreja, é alguém que deu a vida pela fé, tornando-se testemunha.⁵ Segundo esta tradição, o mártir cristão é uma vítima inocente que tombou em defesa da fé nas mãos de um tirano opositor movido por um *odium fidei* (ódio da fé). O mártir clássico, a exemplo de Cristo, não flerta com a morte, mas não a teme e aceita-a quando se encontra na situação de morrer pela fé. E como Jesus, o mártir perdoa os seus algozes. Tomás de Aquino refletiu sobre o martírio e concluiu que “mártires é a mesma coisa que testemunhas porque, com seus sofrimentos até a morte, dão testemunho de verdade, não qualquer, mas daquela que é conforme à piedade, que se manifestou a nós por Cristo. Por isso são chamados de mártires de Cristo, ou seja, testemunhos dele. E isso é a verdade da fé.” Portanto, sentenciou Aquino, “a verdade da fé é a causa de todo martírio.” (AQUINO, 2005, p, 78).

No século XVI, por decorrência da imposição do centralismo romano, o reconhecimento da santidade deixou de ser popular e episcopal, e passou a ser regido pelo direito canônico. A criação da Congregação dos Ritos em 1588 representa a culminância dessa centralização. O processo de canonização seria a partir de então conduzido por esse órgão da Cúria Romana criado para regulamentar e estudar a “causa dos santos”. Esta substituição de atribuições é o que poderíamos chamar de invenção da canonização, isto é, o reconhecimento dos santos foi sendo absorvido por um sistema hierárquico, jurídico e processual, centrado em Roma e na autoridade papal. Pierre Delooy escreveu um pequeno e elucidativo artigo sobre os significados sociais da canonização. A canonização, segundo Delooy, serve manifestamente para afirmar a autoridade papal. Ela representa a autenticação e a autorização da devoção popular. A canonização de Ulrico de Augsburgo, em 993, é o marco desta transferência de poder. Os bispos, reunidos no Concílio de Letra, ao associar a canonização de Ulrico ao papa,

⁵ Idem. p. 124.



estavam dando, sem imaginar, um passo decisivo para a perda do seu direito. A codificação do direito canônico de 1234, sob o papado de Gregório IX, reservou ao papa o direito exclusivo de canonização. Mas o pleno reconhecimento desta prerrogativa só veio em 1634, quando Urbano VIII, por meio de uma série de decretos, proibiu qualquer manifestação popular de culto e veneração a candidatos a santo sem a declaração solene de Roma reconhecendo a beatitude. A concentração deste direito é parte da estratégia romana mais geral de reforçar o centro hierárquico da igreja. Em relação ao culto aos santos realiza-se um duplo movimento: impedir que os bispos decidissem quem seria venerado publicamente e exercer um maior controle sobre a piedade popular (DELOOZ, 1979; EGIDO; 2000, p. 25).

A burocratização da canonização, no dizer de Pierre Delooz, retirou da vontade popular a seleção dos santos. Desde que a condição de santo deixou de ser reconhecida pela devoção popular e passou a ser atestada e controlada pelas autoridades da igreja, primeiros os bispos, depois o papa, a santificação tornou-se uma complexa construção política, social e teológica. Os processos de reconhecimento tornaram-se mais demorados e as exigências mais rigorosas.

A “burocratização da santidade”, segundo Woodward, foi inevitável e necessária. A cristandade medieval era uma “cultura de santos e dos efeitos de suas intervenções”. A multiplicação dos santos, empurrada pela piedade popular, beirava a saturação, multiplicando os excessos e abusos. Havia santos para todas as causas, em todos os lugares, para todos os males. A Europa, pouco antes da reforma protestante, era “uma sociedade carregada de santos, de seus efeitos e de seu folclore”. E a reforma viria justamente a colocar em xeque este ideal de espiritualidade fundado na mediação representada pelo culto dos santos (WOODWARD, 1990, p. 73).

O período das reformas na Europa foi um tempo de guerra religiosa, mas também de revitalização espiritual inspirada nos séculos iniciais do cristianismo. Reformadores católicos e protestantes protagonizaram um retorno ao tempo fundador e sagrado do cristianismo primitivo: uns, movidos por um ideal iconoclástico de refundação do cristianismo, evocavam a volta aos valores fundamentais e ao frescor original dos evangelhos; outros, fieis à literatura hagiográfica e aos exemplos dos santos, veneravam e evocavam o espírito heroico dos apóstolos e dos primeiros



mártires. No centro das polêmicas o “promíscuo culto dos santos”, denunciado por Jan Hus no início do século XVI (WOODWARD, 1990, P. 73).

Este ambiente de guerra religiosa era, em certo sentido, um retorno aos tempos heroicos do cristianismo. As novas circunstâncias ofereciam aos cristãos, católicos e protestantes, a oportunidade de, a exemplo dos mártires antigos, cultivarem as virtudes heroicas e morrer pela fé. A Companhia de Jesus, pela forma com que se lançou à evangelização em ambientes hostis ao catolicismo, como a Inglaterra elisabetana, amargurou centenas de perdas ou, visto de outro ângulo, produziu uma legião de mártires. Combatendo nas linhas de frente contra os inimigos protestantes, as mortes heroicas de jesuítas como Campion, Cottam e Southwell reforçavam a causa e despertavam nos estudantes dos colégios jesuítas o desejo pelo martírio. Em 1590 um visitante que esteve no colégio da Companhia na Inglaterra deixou a seguinte observação dos estudantes:

Ficam tão ansiosos para derramar seu sangue por Cristo que isso se constitui no principal assunto de suas conversas... muitos encurtariam o tempo de estudos para ficar livres e correrem para a briga... quando chega da Inglaterra a notícia de algum novo surto herege de crueldade e fúria, isso desperta neles o desejo de enfrentarem eles mesmos tais aflições e torturas (In WRIGHT, 2006, p. 38.).

A expansão ibérica para o Oriente e para as Américas também oferecia aos cristãos um ambiente propício para desafiarem heroicamente a morte, inspirados pelo prestígio dos mártires antigos, e alcançarem a glória do martírio. A entrada dos jesuítas no Paraguai contabilizou para a Companhia um total de 26 “mártires”. Destes, apenas Roque González e seus dois companheiros foram canonizados.

A vida e a morte de Roque González – ou as narrativas sobre a sua vida e morte - reúnem todos os elementos necessários à santificação: vida virtuosa e casta, recusa dos prazeres do mundo e entrega absoluta à predicação da fé, destemor da morte, inimigos que nutriam verdadeiro ódio pela fé e um “glorioso martírio” seguido de surpreendente “milagre”. Para a santificação são necessárias três exigências, que se desdobram em três etapas: o candidato tem que ter “fama de santidade”, instauração e um processo formal de sua canonização, primeiramente na sua diocese e depois em Roma, e que o candidato tenha realizado um milagre oficialmente reconhecido. Roque González atendia, de sobra, a todas estas exigências. Morreu, segundo seus companheiros, pela fé.



Predicando em terras indígenas encontrou a morte trágica nas mãos de Ñezú, chefe indígena da região do Pirapó que, de acordo com as cartas dos superiores da Companhia, tinha verdadeiro ódio da fé. Roque foi morto ritualmente. Foi abatido com golpes de *itaizá* na cabeça e despido de suas vestes litúrgicas. O corpo foi queimado e o coração arrancado do peito e trespassado por uma flecha (OLIVEIRA, 2011).

A carreira póstuma do padre Roque, de acordo com os seus hagiógrafos, é pontilhada de casos extraordinários envolvendo curas e graças alcançadas. As primeiras manifestações – ou os ditos “milagres” – ocorreram logo após sua morte. Gonzaga Jaeger, dedicado hagiógrafo, chamou estas primeiras “manifestações sobrenaturais” de “a quádrupla maravilha”. A primeira “maravilha” foi o coração que falou aos matadores e, mesmo depois de queimado e trespassado por uma flecha, manteve-se conservado, “em perfeito estado”, apesar de “dessecado” (JAEGER, 1940, p. 335). Diversos depoimentos de indígenas que testemunharam a morte disseram que ouviram o coração falar. Os depoimentos foram aceitos pelos padres, que se apressaram em declarar o “milagre” e instaurar os processos. Mais do que simplesmente aceitar a versão dos índios, os padres mantiveram contato com a relíquia: Vázquez Trujillo, Provincial da Província Jesuítica do Paraguai, segurou o coração na mão, na igreja de Concepción, e o padre Ferrufino o levou a Roma (OLIVEIRA, 2011).

A segunda “maravilha” foi a súbita putrefação das mãos dos principais autores das mortes, que por isso foram logo descobertos. A terceira ocorreu durante o ataque dos índios rebeldes do Pirapó contra os de São Nicolau. Os índios tentaram atear fogo na palha seca do telhado da igreja que, “milagrosamente”, não incendiou.⁶ A quarta, como pretendem alguns companheiros de Roque, foi o castigo imposto aos matadores dos padres pelos espanhóis. Padre Romero referiu-se a esse episódio da seguinte maneira: “Solo resta ahora decir a V.S. el manifiesto castigo con que Nuestro Señor há castigado a los matadores a los santos Padres”(…). Romero descreveu na sequência a guerra contra os índios rebeldes e as punições que receberam.⁷

Além dessas primeiras manifestações sobrenaturais registradas logo após as mortes, foram registrados diversos casos de curas no século XX atribuídos a Roque González. Todos os “milagres” registrados e a ele creditados foram casos de curas milagrosas.

⁶Quem registrou esse *milagre* foi o padre Vázquez Trujillo. Carta del Padre Vázquez Trujillo. (BLANCO, 1929, p.500).

⁷Carta del Padre Romero a Hernandarias (BLANCO, 1929, p. 475).



Esse tipo de milagre ocorre desde os tempos dos primeiros mártires católicos e se explica, em parte, pelas curas de doenças e debilidades físicas atribuídas a Jesus. A diferença entre as curas milagrosas dos primeiros tempos do cristianismo e as de hoje, são as exigências de documentação dos milagres e o reconhecimento da ciência médica (WOODWARD, 1990, p. 187).

Se a vida terrena foi virtuosa e dedicada à fé e a vida póstuma pontilhada de milagres, porque então sua canonização demorou longos 360 anos? Normalmente justificam-se estas demoras de cinco maneiras: carência de documentação sobre a vida do candidato, ausência de um milagre comprovado, falta de dinheiro para arcar com as despesas do processo, a não observância das leis canônicas e a falta de acompanhamento do andamento do processo. Alega-se que o processo do padre Roque emperrou em Roma, segundo o historiador jesuíta José María Blanco, devido à “incuria de los tiempos”. A volumosa documentação desapareceu e o processo foi arquivado. As vésperas do tricentenário do “martírio” os processos autênticos, “rodeados de una abundantísima documentación”, foram encontrados no Arquivo Nacional de Buenos Aires. Este acontecimento “hecho renacer la esperanza de verlos pronto glorificados” (BLANCO, 1929, p. 315-316).

Os méritos da retomada do processo são atribuídos ao padre palotino Frederico Schwinn, que postulou a causa e incentivou os bispos do sul do Brasil e padres da Companhia a enviar pedidos à Roma. Ao padre Thomaz Travi coube a vice-postulação da causa. Postulador e vice-postulador são figuras imprescindíveis, além de obrigatórias, num processo de santificação. O primeiro representa oficialmente a causa e formaliza, ou postula, o pedido. Deve ser alguém versado em teologia, direito canônico, história, e conhecer o modo de funcionamento da Congregação da Causa dos Santos. Cabe a ele também nomear o vice-postulador, para que acompanhe de perto o andamento da causa.⁸

O desejo dos companheiros e devotos do padre Roque de vê-lo canonizado teve que ser confrontado com um corpo de especialistas e com critérios jurídicos. Dada a complexidade de vencer todas as etapas e exigências para alcançar a “glória dos altares”, é praticamente impossível uma canonização sem a ajuda de um “grupo de

⁸Glossário de termos ligados às causas dos santos. Disponível em www.veritatis.com.br/article/3144-34k. Ver também (KREUTZ, s/d, p. 70-80).



presión que disponga de especialistas, de tiempo y de fondos adecuados”. O grupo de pressão ideal, como aquele criado por Frederico Schwinn:

es la congregación religiosa, la cual puede permitirse movilizar los servicios de un buen postulador, correr el riesgo de una perseverancia que a veces se prolonga más de un siglo y recoger las sumas necesarias para sufragar directa e indirectamente un proceso minucioso (DELOOZ, 1979).

A beatificação do padre Roque deve ser debitada dos esforços de padres, bispos e jesuítas do sul do Brasil, Argentina e Paraguai. Sem esta comunidade de pressão Roque cairia no esquecimento. Em 1928, por ocasião do tricentenário do “martírio”, o processo foi retomado. Pelo critério de fama de santidade, já que a maioria dos milagres a ele atribuídos ocorreu no Rio Grande do Sul, a diocese de Uruguaiana, que abarcava a região onde se deu o “martírio”, sediou o processo canônico. Em 1932 foi publicado um denso volume de 790 páginas pela Congregação dos Ritos, registrando todo o processo de beatificação, e em 1934 Pio XI proclamou beatos os três “mártires” (DELOOZ, 1979, p. 70).⁹ Ao proclamar a beatificação, último passo antes da canonização, o papa estava autorizando o culto diocesano ao padre Roque. É a partir da proclamação que se organizam as primeiras romarias à Caaró, se institui a devoção popular e o dia do “martírio” do beato Roque passa a fazer parte do calendário litúrgico dos quatro países da América do Sul. Em 1978 a retomada do processo, desta vez pela canonização, reuniu os esforços dos religiosos e bispos do Rio Grande do Sul, do Uruguai, do Paraguai e da Argentina. Num encontro tri-anual de bispos em Posadas, em fevereiro de 1978, chegou-se a um denominador comum para favorecer a unidade em prol da canonização: os “mártires” seriam a partir daquela data denominados “Mártires das Missões”. As denominações correntes até então eram “mártires riograndenses” e “mártires Rio-platenses”. Essa diversidade onomástica, segundo Arthur Rabuske, confundia e desorientava inclusive os europeus (RABUSKE, 1978, p. 4).

Um acontecimento extraordinário viria a dar um novo ânimo à causa: a “cura milagrosa” de Maria Catarina Stein ocorrida no Rio Grande do Sul em 1940. Maria sofria de câncer e estava desenganada pelos médicos. Perdia muito sangue por um orifício aberto na altura do esôfago, por onde introduzia uma sonda. Quando o marido soube que o coração do “Bem-aventurado Roque González” estaria na cidade de Serro

⁹ Ver também santosdobrasil.org, um site bem informado que reúne informações sobre santos e beatos do Brasil.



Azul, correu para lá em busca de uma graça. Maria despediu-se do marido certa de que não o veria novamente, pois sentia que o fim estava próximo. O marido, contudo, foi ao encontro do coração e se prostrou de joelhos diante da relíquia, rezando com muita fé. Ao retornar para casa, encontrou a esposa “feliz e cheia de vida”. O orifício havia desaparecido e a doença estava curada. Maria, que estava com 50 anos, viveu por mais 28 anos. “Tudo isso foi devidamente atestado por testemunhas oculares, mediante prestação de juramento” (KREUTZ, p. 71-77). Em janeiro de 1985 os postuladores da causa pediram a Diocese de Santo Ângelo que investigasse mais a fundo o “fato prodigioso”. O reconhecimento oficial do “milagre”, segundo o postulador Paulo Molinari, S.J., foi decisivo para a conclusão do processo canônico (KREUTZ, s/d, p. 70-72).

Da beatificação à canonização em 1988 se passariam mais 54 anos. A canonização aconteceu no papado de João Paulo II, o período na história da igreja católica em que mais se produziram santos. Em 1983 João Paulo II promoveu uma reforma para simplificar as normas e desburocratizar os processos de canonização. Juntamente com os esforços pela causa da canonização de Roque, não podemos perder de vista esse atalho criado pelo papa para descomplicar as canonizações.¹⁰ As centenas de canonizações realizadas por João Paulo II ao longo dos 25 anos de seu pontificado, amparadas por essas reformas, foram alvo de severas críticas dentro da igreja.¹¹ Elas

¹⁰As alterações dos procedimentos de instrução das causas dos santos estão dispostas na **Constituição Apostólica Divinus Perfectiones Magister**, de 1983. O documento está disponível em www.vatican.va/.../hf_jp-ii_apc_25011983_divinus-perfectionis-magister_po.html. Na introdução do documento, lê-se: “Por fim, depois das experiências recentes, pareceu-Nos oportuno rever o procedimento de instrução das causas e dar um ordenamento à referida Congregação para as Causas dos Santos, indo deste modo ao encontro das exigências dos estudiosos e dos pedidos dos nossos irmãos no episcopado, que várias vezes solicitaram um procedimento mais ágil, sem que fosse prejudicada a solidez das investigações num tema tão sério”.

¹¹João Paulo II foi o papa que mais beatificou e canonizou na história da igreja. Entre 1588, data de criação da Congregação dos Ritos, a 1978, foram realizadas 808 beatificações e 296 canonizações. No período de João Paulo II foram 147 cerimônias de beatificação, que resultaram proclamação de 1338 beatos, e 51 cerimônias de canonização com a proclamação de 482 santos. Algumas canonizações, como a de Escrivá de Balaguer e João XXIII, foram muito questionadas. Escrivá, o polêmico fundador da Opus Dei, teve a canonização mais rápida da história da igreja. Morreu em 1975 e o processo de beatificação foi instaurado em 1981. Foi beatificado em 1992 e canonizado em 2002, 21 anos após a instauração do processo. De acordo com os críticos, a canonização foi motivada pelo desejo do Vaticano de consolidar o espírito pluralista do Concílio Vaticano II, encarnado por Escrivá, um dos seus idealizadores, e pela Opus Dei. Ver **A propósito das canonizações de João Paulo II**. Disponível em www.capela.org.br/Crise/canoniza2.htm. Acessado em 20 de março de 2009.



valeram ao Vaticano o desconfortável apelido de “fábrica de santos”.¹² As numerosas e polêmicas canonizações estiveram relacionadas aos interesses do vaticano, mas também ao novo significado de santidade que pode ser verificado em diversos documentos e discursos emitidos pelo sumo pontífice.¹³ Na Carta Apostólica “Novo Millenio Ineunte”, por exemplo, o papa fez uma longa reflexão sobre o conceito de santidade.

Como explicou o Concílio, este ideal de perfeição não deve ser objecto de equívoco vindo nele um caminho extraordinário, percorrível apenas por algum “gênio” da santidade. Os caminhos da santidade são variados e apropriados à vocação de cada um. Agradeço ao Senhor por me ter concedido, nestes anos, beatificar e canonizar muitos cristãos, entre os quais numerosos leigos que se santificaram nas condições ordinárias da vida. É hora de propor de novo a todos, com convicção, esta *medida alta da vida cristã ordinária*: toda a vida da comunidade eclesial e das famílias

¹² O prefeito da Congregação da Causa dos Santos, nomeado por João Paulo II, José Saraiva Martins, rebateu em entrevista a BBC Brasil as críticas à fabricação abusiva de santos. Em relação à expressão “fábrica de santos”, comentou: “É uma expressão muito infeliz dizer que esta congregação é uma fábrica de santos. Não é. Os santos não se fabricam. É Deus quem os faz. O homem chega a ser santo pela força da graça de Deus.” A acrescentou: “O mundo de hoje tem tanta necessidade de santos como uma cidade que sofre com a peste precisa de médicos. O santo é o homem que viveu a plenitude da sua humanidade.” Disponível em www.bbc.co.uk/.../070503_papasantosvalquiriars.shtml. Acessado em 22 de Julho de 2009. João Paulo II também defendeu o elevado número de canonizações no Discurso de abertura do Consistório: “Às vezes diz-se que hoje há demasiadas beatificações. Mas isto, além de reflectir a realidade, que por graça de Deus é aquela que é, corresponde também ao desejo expresso pelo Concílio. O Evangelho espalhou-se de tal maneira no mundo e a sua mensagem mergulhou as suas raízes de modo tão profundo, que o elevado número de beatificações reflecte precisamente de modo vivo a acção do Espírito Santo e a vitalidade que dele brota no campo mais essencial para a Igreja, o da santidade. Com efeito, foi o Concílio que realçou de forma particular a vocação universal à santidade”. **Discurso de abertura do Consistório**, em preparação para o Grande Jubileu do Ano 2000, 13 de Junho de 1994. Disponível em www.vatican.va/.../rc_con_csaints_doc_20030315_martins-saints_po.html -. Acessado em 26 de setembro de 2009.

¹³ Num poema direccionado aos “jovens”, João Paulo II se expressou informalmente sobre a necessidade de santos que possam traduzir a sociedade contemporânea. No poema o papa exercita livremente um conceito mais aberto de santidade, em contraposição ao modelo tradicional e fechado, circunscrito aos heróis e mártires da igreja: “Precisamos de Santos sem véu ou batina. Precisamos de Santos de calças jeans e tênis. Precisamos de Santos que vão ao cinema, ouvem música e passeiam com os amigos. Precisamos de Santos que coloquem Deus em primeiro lugar, mas que se “lascam” na faculdade. Precisamos de Santos que tenham tempo todo dia para rezar e que saibam namorar na pureza e castidade, ou que consagrem sua castidade. Precisamos de Santos modernos, Santos do século XXI com uma espiritualidade inserida em nosso tempo. Precisamos de Santos comprometidos com os pobres e as necessárias mudanças sociais. Precisamos de Santos que vivam no mundo se santifiquem no mundo, que não tenham medo de viver no mundo. Precisamos de Santos que bebam Coca-Cola e comam hot dog, que usem jeans, que sejam internautas, que escutem disc-man. Precisamos de Santos que amem a Eucaristia e que não tenham vergonha de tomar um refrigerante ou comer pizza no fim-de-semana com os amigos. Precisamos de Santos que gostem de cinema, de teatro, de música, de dança, de esporte. Precisamos de Santos sociáveis, abertos, normais, amigos, alegres, companheiros. Precisamos de Santos que estejam no mundo; e saibam saborear as coisas puras e boas do mundo mas que não sejam mundanos”. (João Paulo II) Carta aos Jovens.



cristãs deve apontar nesta direção. Mas é claro também que os percursos da santidade são pessoais e exigem uma verdadeira e própria *pedagogia da santidade*, capaz de se adaptar ao ritmo dos indivíduos; deverá integrar as riquezas da proposta lançada a todos com as formas tradicionais de ajuda pessoal e de grupo e as formas mais recentes oferecidas pelas associações e movimentos reconhecidos pela Igreja.¹⁴

João Paulo II não abandonou o ideal de perfeição da santidade projetado nos séculos anteriores pela igreja, mas o redimensionou. Àquele conceito tradicional e legendário de pessoas de virtudes heroicas e realizações extraordinárias, inalcançáveis pelas pessoas comuns, o papa acrescentou outro: pessoas comuns, de vidas menos extraordinárias, leigos inclusive, cuja exigência para alcançar a canonização é ter levado uma vida cristã e honesta.¹⁵

¹⁴ **Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* do Sumo Pontífice João Paulo II ao Episcopado, ao Clero e aos fiéis no termo do Grande Jubileu do ano 2000.** 6 de janeiro de 2001. Disponível em www.vatican.va/.../hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte_po.html. Acessado em 12 de março de 2009.

¹⁵ O cardeal José Saraiva Martins, numa reflexão sobre os significados da santidade num mundo em mudança, reforçou o conceito de santidade formulado no pontificado de João Paulo II. Inicialmente, o cardeal rebate as críticas ao ideal de santidade defendido pelo papa, e por ele desposado: “São conhecidas as inúmeras objecções que hoje se levantam contra o conceito de ‘santidade’ e de ‘santo’. Não poucas críticas são dirigidas à prática tradicional e ininterrupta da Igreja, de reconhecer e proclamar ‘santos’ alguns dos seus filhos mais exemplares. Na grande relevância, também numérica, dada pelo Papa João Paulo II às beatificações e canonizações durante o seu Pontificado, houve quem insinuasse a existência de uma estratégia expansionista da Igreja católica. Para outros, a proposta de novos beatos e santos, tão diversificados por categorias, nacionalidades e culturas, seria apenas uma operação de *marketing* da santidade, com finalidades de *liderança* do Papado na sociedade civil contemporânea. Por fim, há quem veja nas canonizações e no culto dos santos um resíduo anacrónico de triunfalismo religioso, alheio e até contrário ao espírito e à orientação do Concílio Vaticano II, que realçou com muita força a vocação à santidade de todos os cristãos.” O universalismo perseguido por João Paulo II, na visão do cardeal, não visa o poder, mas a salvação. Os inúmeros santos e santas proclamados nos mais diferentes contextos culturais demonstram que a santidade “não tem limites” e que deve ser atualizada. O cardeal procura demonstrar que a idéia de santidade precisa ser reinventada, e que os santos, assim como o mundo, mudam, embora representem sempre o “mesmo rosto vivo de Cristo”. Os santos expressam também valores culturais e devem ser vistos como respostas aos desafios da humanidade. Por fim, José Saraiva Martins recorre a Henry Bergson, que afirmou que “as maiores personagens da história não são os conquistadores, mas os santos”, e a Jean Delumeau para quem “os grandes impulsos da história do cristianismo foram caracterizados por um retorno às fontes, isto é, à santidade do Evangelho, suscitada pelos santos e pelos movimentos de santidade na Igreja”. A conclusão do prefeito da Congregação da Causa dos Santos é a seguinte: “Num mundo que se transforma, os santos não só não permanecem marginalizados histórica ou culturalmente, mas parece que devo concluir estão a tornar-se sujeitos ainda mais interessantes e credíveis.” Ver **O significado dos santos num mundo em mudança**. Disponível em www.vatican.va/.../rc_con_csaints_doc_20030315_martins-saints_po.html -. Acessado em 22 de setembro de 2009.



A política da canonização de João Paulo II, afinada com a ideia de conferir “visibilidade planetária” (TEIXEIRA, 2009)¹⁶ ao papado, procurava expandir a “geografia da santidade” e promover canonizações em outros continentes.¹⁷ Segundo o cardeal José Saraiva Martins:

A santidade não é europeia, é universal. Todos podem ser santos, seja qual for sua etnia ou posição social. Foram canonizados africanos, americanos. Por exemplo, foi canonizado o primeiro brasileiro, Frei Galvão. O Brasil é o país com maior número de católicos no mundo e não tinha nenhum santo.¹⁸

João Paulo II, no documento citado anteriormente, celebrou a dimensão universal da santidade no seu pontificado: “Quer atribuída a Pontífices bem conhecidos da história quer a figuras humildes de leigos e religiosos, a santidade apareceu mais claramente, dum extremo ao outro do globo, como a dimensão que melhor exprime o mistério da Igreja.”¹⁹

Nas Américas a situação era semelhante. 38,01% dos cristãos do mundo encontravam-se nas duas Américas, mas o número de santos oficialmente reconhecidos era desproporcional às manifestações de fé do continente. Os 500 anos da descoberta e evangelização da América era uma excelente oportunidade para promover canonizações, agradecer o continente e reparar a distribuição desigual das santidades. Padre Roque Schneider sugeriu que com a canonização de Roque González o “Santo Padre” estava “querendo sinalizar também a caminhada da Igreja na América Latina, neste período de preparação para o Quinto Centenário de início de evangelização no continente americano” (SCHNEIDER, 1988, p. 4). Desde o início do seu pontificado João Paulo II estabeleceu um intenso diálogo com as Américas. A primeira viagem do papa fora da Itália foi para a América, mais exatamente para santo Domingo, Bahamas e México, em 1979, para a III Conferência Geral dos bispos da América Latina.

¹⁶ João Paulo II assumiu o desafio de conferir ao papado uma dimensão universal. A estratégia para alcançar visibilidade planetária foi definida com as peregrinações ao redor do mundo. Foram mais de 100 viagens pastorais aos cinco continentes, visitando 132 países.

¹⁷ Chamo de política da canonização as estratégias e movimentos calculados que estão por trás das canonizações proclamadas pelo sumo pontífice. João Paulo II não foi o único papa a distribuir títulos de santidade de acordo com as conveniências circunstanciais da igreja, mas no seu pontificado a perspectiva teológica assumida, mais universal, alterou significativamente o sentido de santidade.

¹⁸ Ver **Congregação para a Causa dos Santos completa 40 anos**. Disponível em noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=273274 Acessado 30 de julho de 2009. A expressão “geografia da santidade” é do cardeal José Saraiva Martins.

¹⁹ **Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte**. 2001. Disponível em www.vatican.va/.../hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte_po.html. Acessado em 12 de março de 2009.



A subida de Roque González aos altares ocorreu, portanto, num contexto de desburocratização da canonização e de mudança de significado da santidade. É possível dizer que a canonização, cujo processo já se estendia por 360 anos, foi facilitada pela política da canonização de João Paulo II. Roque não se encaixa no conceito de santo do Concílio Vaticano II, consagrado por João Paulo II. Ao contrário, a figura legendária do padre Roque representa o conceito tradicional de santidade: exerceu as virtudes em grau heroico, foi martirizado em defesa da fé e inúmeros “milagres” foram atribuídos a sua intervenção. No entanto, a agilidade e rapidez nos processos, promovidos pelo papa, e a universalização do conceito de santidade, favorecendo centenas de canonizações nos cinco continentes, foram decisivas para a canonização do beato paraguaio.

João Paulo II, em visita ao Paraguai em março de 1988, no contexto de uma viagem apostólica à América do Sul, diante de uma multidão calculada em 500 mil fieis, canonizou Roque González e seus companheiros. No ato, o papa usou a seguinte fórmula:

Pela autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, declaramos e definimos que o Bem-aventurado Roque González e seus companheiros Afonso Rodrigues e João de Castilho, presbíteros e mártires, são santos e os inserimos no catálogo dos santos, estabelecendo que devem ser venerados com devoção em toda a Igreja (KREUTZ, s/d, p. 74-75).

Considerações Finais

A santificação operou uma idealização e supervalorização do passado humano do padre Roque, projetando-o para além do tempo. O santo é o homem que venceu o tempo. É este ser híbrido, meio homem meio divino, ponte entre o sagrado e o profano. De um sujeito histórico construído na experiência do colonialismo e da evangelização, padre Roque converte-se em uma entidade a-temporal e a-histórica, não inscrita no tempo das experiências humanas.

Ao tornar-se santo, Roque González distanciou-se do seu passado humano e transcendeu a experiência do colonialismo. A graça do “martírio” e a “fama de santo” se sobrepuseram ao passado humano. Um manto de virtudes e uma aura de santidade foram projetados sobre sua figura. Toda sua trajetória passou a ser vista, por hagiógrafos e historiadores jesuítas, como a realização de um destino inscrito fora do tempo dos homens.



Roque González nasceu em Assunção, mas desenvolveu atividades missionárias em regiões hoje situadas no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Embora o santo seja paraguaio, e sua canonização ocorreu em Assunção, os méritos da canonização devem ser atribuídos, em grande medida, aos religiosos rio-grandenses, que no século XX retomaram a causa em prol da santificação, abandonada desde o século XVII. Essa iniciativa dos religiosos sul-rio-grandenses esta relacionada ao local, Caaró, onde supostamente ocorreu a morte de Roque. A redução de Caaró, que hoje abriga o santuário dedicado ao santo, situa-se no atual Rio Grande do Sul, e pertence ao município de Caibaté. Historiadores jesuítas do Rio Grande do Sul, empenhados na causa de santificação de Roque, escreveram inúmeras obras ao longo do século XX enfatizando a importância dos trabalhos apostólicos do padre Roque para a formação do Rio Grande do Sul. Carlos Teschauer o considerou o primeiro “apostolo” e “protomartyr” rio-grandense, além de fundador dos Sete Povos das Missões (TESCHAUER, 1928). Gonzaga Jaeger viu em Roque González o “fundador”, o homem que com seu sangue “regou e fecundou a civilização rio-grandense”. (JAEGER, 1940) Essa imagem de apóstolo fundador do Rio Grande do Sul popularizou-se em diversas narrativas hagiográficas compostas por religiosos, jesuítas ou não, para divulgar a figura do beato Roque González e fortalecer a causa da santificação.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica VII**. São Paulo: Loyola, 2005.

BLANCO, José Maria. **História documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodríguez y Juan Del Castillo de la Compañía de Jesús Mártires del Caaró e Yjuhí**. Buenos Aires: Sebastián de Amorrortu, 1929.

DELOOZ, Pierre. **La canonización de los santos y su significación social**. Concilium 149, 1979.

EGIDO. Teófanos. **Hagiografía y estereótipos de santidad contrarreformista**. Valladolid: Cuadernos de Historia Moderna, 2000, 25. Disponível em www.usp.br/siicusp/Resumos/16Siicusp/2358.pdf. Acessado em 13 de setembro de 2008.

JAEGER, Luiz Gonzaga. **Os heróis do Caaró e Pirapó**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.



KREUTZ, Estanislau. **Santos mártires das missões**. Santo Ângelo: Gráfica e Editora Berthier, sd.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. **O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH-ÚFRGS, 2010.

_____. **A rebelião de Ñezú: em defesa de “su antigo modo de vida” (Pirapó, Província Jesuítica do Paraguai, 1628)**. Revista Anos 90. Vol. 18, Número 34, 2011.

RABUSKE, Arthur. **Ano dos Mártires das Missões**. Porto Alegre: Livraria e Editora Padre Reus, 1978.

SCHNEIDER, Roque S.J. **Roque González e companheiros**. Porto Alegre: Coleção Heróis da Fé, 1988.

TEIXEIRA, Faustino. **Os 25 anos do pontificado de João Paulo II**. Disponível em www.iserassessoria.org.br/novo/arqupload/93.DOC, Acessado em 30 de julho de 2009.

TESCHAUER, Carlos. **Vida e obra do Padre Roque González de Santa Cruz S.J: primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Topographia do Centro, 1928.

THURSTON, Herbert. **The Firstbeatified Marty of Spanish America: Blessed Roque Gonzalez (1576-1628)**, 1935, vol. XX, n. 4.

WOODWARD, Kenneth. **Fábrica de santos**. São Paulo: Siciliano, 1990, p. 52-61.

WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.